



Previdência

Reforma é debatida no Senado com mudanças inexpressivas

Contrariando a vontade da maioria dos brasileiros, a Câmara dos Deputados aprovou a Reforma da Previdência que estrangula o sistema previdenciário brasileiro e penaliza principalmente os mais pobres. Agora, o projeto tramita no Senado. No dia 04/09 a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Constituição determina que, para ser aprovado, o projeto precisa de votos de 2/3 dos senadores, no caso, 54 votos. Um levantamento recente aponta que 37 senadores são favoráveis ao texto como está, 22 defendem mudanças, 13 são neutros e 9 contrários.

PEC PARALELA - O relator do projeto na CCJ, Tasso Jereissati (PSDB/CE), afirmou que apresentaria um relatório com pequenas mudanças na proposta original. No entanto, para evitar que o

texto retornasse à Câmara, Jereissati apresentou as alterações em uma proposta paralela. Ela inclui mudanças como redução do tempo mínimo de contribuição de 20 para 15 anos para todos os homens, estando no mercado de trabalho ou não, pensão por morte maior para quem tem filhos menores de idade, além da inclusão de estados e municípios nas novas regras. Todos os outros pontos seriam mantidos.

Na avaliação da CUT, mesmo que o Senado aprove a proposta paralela, incluindo-a no texto principal, no geral a reforma ainda será extremamente prejudicial à classe trabalhadora. A CUT e demais centrais sindicais estão acompanhando a discussão da matéria e prometem realizar novas manifestações nacionais contra a reforma.

Congresso discutiu consequências da reorganização do trabalho

Entre os dias 26 e 30 de agosto, aconteceu em São Paulo o 6º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde. O tema central deste ano foram os ataques e tentativas de destruição de direitos sociais que ocorrem nos últimos anos de forma intensa e indiscriminada em vários países da América Latina, e de forma particular e incessante no Brasil. "Foi um grande espaço de reflexão, formação e de revigoramento da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora", disse José Renê Stavinski, diretor do Pactu em Guarapuava, que esteve presente no evento. O Congresso acontece desde 2012 como uma resposta às dificuldades de mobilização e intercâmbio dos vários grupos envolvidos no mundo do trabalho, no Brasil e nos demais países da América Latina. "A proposta, este ano, foi compreender as transformações nas relações de trabalho, em virtude de mudanças tecnológicas que alteram a organização e a gestão do trabalho", esclareceu Stavinski.

Aumenta a mobilização em defesa da soberania e contra as privatizações

O Seminário "Soberania nacional e popular, contra as privatizações" realizado dia 04/09, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília debateu a situação e as diretrizes do governo com relação às empresas públicas e aprovou um calendário de mobilização unificada em defesa da soberania nacional, com atividades agendadas até o final de 2019. Idealizado por entidades, movimentos sociais e partidos, o comitê tem por meta realizar uma campanha com representação ampla da sociedade, para organizar as atividades e estimular a participação da sociedade na defesa da soberania nacional. "Vamos mostrar aos deputados e senadores o quanto seus estados e municípios perdem com a privatização das empresas públicas", disse a presidenta do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa.

ATIVIDADES EM SETEMBRO

20/9 – Greve Mundial em defesa do meio ambiente
24/9 – Vigília no Senado contra a aprovação da Reforma da Previdência
26/9 – Ato Nacional em Defesa dos Correios, em Brasília

TIRAGEM: 2.650 EXEMPLARES
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Joel Guedes/MTB 11703/PR

PARANAÍ - João Carlos Antunes - (44) 3423-3402 - paranavai@pactu.org.br
CAMPO MOURÃO - Ilda Periolo Salinas (44) 3016-3492 - seebcmcut@uol.com.br
TOLEDO - Zelário Bremm - (45) 3055-4851 - sintrafitoledo@gmail.com
UMUARAMA/ASSIS CHATEAUBRIAND - Edilson José Gabriel - (44) 3622-1979 - seebumuarama@uol.com.br
GUARAPUAVA - Rosimar José Passaglia (Chico) - (42) 3623-1371 - seebgpva@uol.com.br

BANCÁRIOS TERÃO REAJUSTE DE 4,31%

E os bancos têm até o dia 20 para pagar PLR

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) divulgou, no dia 06/09, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 meses, que foi de 3,28%. Desta forma, os bancários terão reajuste salarial de 4,31%, que representa o INPC do período, mais 1% de aumento real, garantido pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) assinada em 2018 e que tem validade de dois anos. O reajuste incide sobre os salários e demais verbas econômicas, como vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche/babá, PLR, pisos, gratificações e 13ª cesta.

Vale lembrar que o Acordo Coletivo foi fruto de uma Campanha Nacional Unificada e, portanto, também vale para os bancários do BB e Caixa. Num cenário econômico adverso, em que muitas categorias profissionais fecharam acordos com índice de reajuste abaixo da inflação, o aumento real para os bancários representa uma conquista importante. "O ponto mais positivo é que esse aumento real mantém e amplia o poder de compra dos salários dos bancários", avalia Wendrell Minare Vieira, diretor do Pactu em Paranaí.

PLR – O Acordo Coletivo determina também que os bancos têm até o dia 20 de setembro para pagar a primeira parcela da PLR aos bancários. O valor também virá corrigido pelo INPC e mais 1% de aumento real. O Banco do Brasil creditou os valores no dia 30/08. Na Caixa o pagamento da primeira parcela foi feito no dia 03 de setembro. O Santander, a despeito dos protestos dos sindicatos, anunciou que não cumprirá o Acordo e pagará a PLR somente no dia 30 de setembro.



RESISTIR E VENCER

TODOS
POR
tudo

PREVIDÊNCIA

Pressão agora é sobre o Senado

A Câmara dos Deputados não atendeu ao clamor de milhões de brasileiros e aprovou a reforma da previdência que dificulta a aposentadoria. Agora a pressão está sobre o Senado. A CUT acredita que ainda dá para virar o jogo.

PÁGINA 4

Demissão
em massa
disfarçada
em PDVs

Página 3

MP 881 muda, mas ainda é ruim

O ponto mais polêmico era a liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, que foi retirado do texto, mas o Senado manteve a criação da carteira de trabalho digital e o fim do relógio ponto para empresas com menos de 20 funcionários. PÁGINA 3

Pactu participou do Seminário Organização Sindical e Democracia



A Fetec-CUT/PR realizou, nos dias 21 e 22/08, em Curitiba, o Seminário Organização Sindical e Democracia. Dirigentes sindicais de todos os dez sindicatos filiados à Fetec estiveram presentes, incluindo 15 representantes dos sindicatos do Pactu.

No primeiro dia, o Seminário contou com palestra de Clemente Ganz Lucio, coordenador técnico nacional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Ele abordou a iminência de drásticas mudanças na legislação sindical brasileira. Segundo Clemente, os sindicatos e dirigentes sindicais devem se preparar para um modelo de organização dos trabalhadores completamente diferente do existente.

No segundo dia, o Seminário contou com a assessoria dos advogados Jefferson Martins de

Oliveira, da Contraf-CUT, e Ricardo Nunes de Mendonça, do Escritório Declatra, de Curitiba. Eles discutiram sobre a Medida Provisória 881 e seus impactos sobre a categoria bancária e os direitos sociais e trabalhistas de todos os trabalhadores.

Sandra Regina Homeniuk, coordenadora do Pactu e diretora do Sindicato dos Bancários de Guarapuava, avaliou que o Seminário abordou dois temas importantíssimos para os bancários. “O movimento sindical bancário é um dos mais fortes e organizados do país e esta organização e força estão sendo ameaçadas por uma proposta de legislação que fragmenta e fragiliza os sindicatos”, disse. Em relação a MP 881, Sandra considerou “uma agressão” à Constituição Federal e aos direitos dos trabalhadores: “precisa ser rechaçada e combatida”, alerta.

Contraf promove curso sobre OIT e Sindicalismo Internacional



O curso teve duração de dois dias e reuniu dirigentes sindicais de todo o país

A Contraf-CUT promoveu, nos dias 4 e 5 de setembro, o curso OIT e Sindicalismo Internacional. O curso foi realizado em São Paulo, em parceria com a Escola de Ciências do Trabalho do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O objetivo foi capacitar dirigentes sindicais bancários de todo o país para a compreensão e aplicação das normas internacionais do trabalho aprovadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outros organismos internacionais. Os sindicatos do Pactu foram representados por Edilson José Gabriel, diretor de Imprensa do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região. Segundo Edilson, “num mundo totalmente globalizado e financeirizado, é fundamental que o movimento sindical conheça os organismos internacionais que regulam o trabalho”. O Brasil já possui um grande banco internacional, o Santander, e poderá receber outros nos próximos anos. “Por outro lado, bancos brasileiros, como Itaú e Bradesco, tendem a ampliar sua presença no exterior e os sindicatos precisam estar preparados para esse cenário”, concluiu Edilson.



Bancários respondem o 3º Censo da Diversidade

Desvendar a realidade do setor bancário e possibilitar a criação de estratégias de inclusão e promoção da diversidade no ambiente de trabalho estão entre os principais objetivos do 3º Censo da Diversidade, já em andamento. As duas edições anteriores aconteceram em 2008 e 2014. O levantamento visa traçar o perfil da categoria bancária por gênero, orientação sexual, raça e PCDs (pessoas com deficiência) com o objetivo de analisar as políticas de inclusão dos bancos e promover a

igualdade de oportunidades no setor bancário. Ao mesmo tempo, também será realizada a Campanha de Valorização da Diversidade, que inclui a formação de agentes da diversidade nas agências e departamentos bancários. O questionário é dividido por seis partes. No site da Fenaban (diversidade.febraban.org.br/) os trabalhadores poderão encontrar mais informações sobre a pesquisa, quem são as pessoas elegíveis para participar e como preenchê-la.

Bancos utilizam PDVs para justificar demissão em massa

No primeiro semestre de 2019, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os bancos fecharam 2.057 postos de trabalho no país. De 2013 pra cá, houve uma redução de 62,7 mil postos na categoria, sendo que 43,4 mil postos foram fechados a partir de 2016. Dados da Pesquisa de Emprego Bancário, elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que, neste período, raras vezes o saldo de postos de trabalho foi positivo. Enquanto isto, os bancos investem cada vez mais em tecnologia e os lucros são cada vez maiores.

Um exemplo disso é o Itaú. Em agosto, no mesmo dia em que anunciou lucro de R\$ 13,9 bilhões no primeiro semestre do ano, o banco também colocou

em prática mais um PDV (Plano de Demissão Voluntária). O prazo de adesão encerrou no dia 31 e apesar de o banco não ter divulgado números, deixou vaziar que tinha 7 mil empregados elegíveis e que a adesão foi acima do esperado. Nos últimos 12 meses o banco já fechou 983 postos de trabalho.

O Bradesco, a Caixa e o Banco do Brasil também lançaram programas para reduzir o número de empregados. Esses três bancos juntos, foram responsáveis por 35.647 demissões do final de 2016 até agora. Todas elas por meio de PDVs.

A maioria desses postos de trabalho não foi preenchida e, em muitos casos, as agências físicas deram lugar a agências digitais. Para os empregados que ficaram, aumentaram a jornada de trabalho, a

MP 881 muda, mas ainda é ruim

O Senado revisou, no dia 03/09, a redação final do texto da MP 881 (alterado para PLV 17/2019 após a aprovação na Câmara dos Deputados). Foi retirada do texto a revogação da Lei 4.178/62, que proíbe a abertura dos bancos aos sábados. Com isto, a lei permanece em vigor e os bancos somente podem abrir suas agências de segunda a sexta-feira. Editada sob o argumento de desburocratizar e simplificar o processo para empresas e empreendedores, a MP, na verdade, mistura questões burocráticas com direitos trabalhistas e, por isto, foi apelidada de minirreforma trabalhista. O ponto mais polêmico era a liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, sem pagamento de encargos adicionais. A CUT defendia a retirada de todos os itens relativos a questões trabalhistas, mas o Senado manteve no Projeto a criação da carteira de trabalho digital e o fim do relógio ponto para empresas com menos de 20 funcionários. “O trabalhador terá enorme dificuldade para provar que efetivamente trabalhou além do horário”, lamenta a diretora do Pactu em Campo Mourão, Nivalda Sguissardi. O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, comentou que o Projeto representa um retrocesso histórico. “Essa MP é o espelho que reflete um Congresso conservador, patronal e retrógrado em relação aos trabalhadores, às leis trabalhistas e aos direitos sociais”, criticou.

pressão por metas, o assédio, precarizaram as condições de trabalho e multiplicaram os casos de adoecimento.

Segundo a Contraf-CUT, está claro que os PDVs são demissões em massa disfarçadas. Nos bancos privados tudo se resume no lucro. E, nos bancos públicos são resultado de uma política de governo que, na verdade, quer enfraquecer essas instituições e prepará-las para a privatização. Nem a Contraf-CUT, nem os sindicatos interferem na adesão aos planos de demissão. Apenas orientam os trabalhadores. “O ideal é, antes de tomar a decisão, o trabalhador analisar o que é mais vantajoso e considerar, inclusive, a dificuldade de arrumar um novo emprego”, afirma Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama.

Pactu participou do Seminário Organização Sindical e Democracia



A Fetec-CUT/PR realizou, nos dias 21 e 22/08, em Curitiba, o Seminário Organização Sindical e Democracia. Dirigentes sindicais de todos os dez sindicatos filiados à Fetec estiveram presentes, incluindo 15 representantes dos sindicatos do Pactu.

No primeiro dia, o Seminário contou com palestra de Clemente Ganz Lucio, coordenador técnico nacional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Ele abordou a iminência de drásticas mudanças na legislação sindical brasileira. Segundo Clemente, os sindicatos e dirigentes sindicais devem se preparar para um modelo de organização dos trabalhadores completamente diferente do existente.

No segundo dia, o Seminário contou com a assessoria dos advogados Jefferson Martins de

Oliveira, da Contraf-CUT, e Ricardo Nunes de Mendonça, do Escritório Declatra, de Curitiba. Eles discutiram sobre a Medida Provisória 881 e seus impactos sobre a categoria bancária e os direitos sociais e trabalhistas de todos os trabalhadores.

Sandra Regina Homeniuk, coordenadora do Pactu e diretora do Sindicato dos Bancários de Guarapuava, avaliou que o Seminário abordou dois temas importantíssimos para os bancários. “O movimento sindical bancário é um dos mais fortes e organizados do país e esta organização e força estão sendo ameaçadas por uma proposta de legislação que fragmenta e fragiliza os sindicatos”, disse. Em relação a MP 881, Sandra considerou “uma agressão” à Constituição Federal e aos direitos dos trabalhadores: “precisa ser rechaçada e combatida”, alerta.

Contraf promove curso sobre OIT e Sindicalismo Internacional



O curso teve duração de dois dias e reuniu dirigentes sindicais de todo o país

A Contraf-CUT promoveu, nos dias 4 e 5 de setembro, o curso OIT e Sindicalismo Internacional. O curso foi realizado em São Paulo, em parceria com a Escola de Ciências do Trabalho do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O objetivo foi capacitar dirigentes sindicais bancários de todo o país para a compreensão e aplicação das normas internacionais do trabalho aprovadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outros organismos internacionais. Os sindicatos do Pactu foram representados por Edilson José Gabriel, diretor de Imprensa do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região. Segundo Edilson, “num mundo totalmente globalizado e financeirizado, é fundamental que o movimento sindical conheça os organismos internacionais que regulam o trabalho”. O Brasil já possui um grande banco internacional, o Santander, e poderá receber outros nos próximos anos. “Por outro lado, bancos brasileiros, como Itaú e Bradesco, tendem a ampliar sua presença no exterior e os sindicatos precisam estar preparados para esse cenário”, concluiu Edilson.



Bancários respondem o 3º Censo da Diversidade

Desvendar a realidade do setor bancário e possibilitar a criação de estratégias de inclusão e promoção da diversidade no ambiente de trabalho estão entre os principais objetivos do 3º Censo da Diversidade, já em andamento. As duas edições anteriores aconteceram em 2008 e 2014. O levantamento visa traçar o perfil da categoria bancária por gênero, orientação sexual, raça e PCDs (pessoas com deficiência) com o objetivo de analisar as políticas de inclusão dos bancos e promover a

igualdade de oportunidades no setor bancário. Ao mesmo tempo, também será realizada a Campanha de Valorização da Diversidade, que inclui a formação de agentes da diversidade nas agências e departamentos bancários. O questionário é dividido por seis partes. No site da Fenaban (diversidade.febraban.org.br/) os trabalhadores poderão encontrar mais informações sobre a pesquisa, quem são as pessoas elegíveis para participar e como preenchê-la.

Bancos utilizam PDVs para justificar demissão em massa

No primeiro semestre de 2019, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os bancos fecharam 2.057 postos de trabalho no país. De 2013 pra cá, houve uma redução de 62,7 mil postos na categoria, sendo que 43,4 mil postos foram fechados a partir de 2016. Dados da Pesquisa de Emprego Bancário, elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que, neste período, raras vezes o saldo de postos de trabalho foi positivo. Enquanto isto, os bancos investem cada vez mais em tecnologia e os lucros são cada vez maiores.

Um exemplo disso é o Itaú. Em agosto, no mesmo dia em que anunciou lucro de R\$ 13,9 bilhões no primeiro semestre do ano, o banco também colocou

em prática mais um PDV (Plano de Demissão Voluntária). O prazo de adesão encerrou no dia 31 e apesar de o banco não ter divulgado números, deixou vaziar que tinha 7 mil empregados elegíveis e que a adesão foi acima do esperado. Nos últimos 12 meses o banco já fechou 983 postos de trabalho.

O Bradesco, a Caixa e o Banco do Brasil também lançaram programas para reduzir o número de empregados. Esses três bancos juntos, foram responsáveis por 35.647 demissões do final de 2016 até agora. Todas elas por meio de PDVs.

A maioria desses postos de trabalho não foi preenchida e, em muitos casos, as agências físicas deram lugar a agências digitais. Para os empregados que ficaram, aumentaram a jornada de trabalho, a

MP 881 muda, mas ainda é ruim

O Senado revisou, no dia 03/09, a redação final do texto da MP 881 (alterado para PLV 17/2019 após a aprovação na Câmara dos Deputados). Foi retirada do texto a revogação da Lei 4.178/62, que proíbe a abertura dos bancos aos sábados. Com isto, a lei permanece em vigor e os bancos somente podem abrir suas agências de segunda a sexta-feira. Editada sob o argumento de desburocratizar e simplificar o processo para empresas e empreendedores, a MP, na verdade, mistura questões burocráticas com direitos trabalhistas e, por isto, foi apelidada de minirreforma trabalhista. O ponto mais polêmico era a liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, sem pagamento de encargos adicionais. A CUT defendia a retirada de todos os itens relativos a questões trabalhistas, mas o Senado manteve no Projeto a criação da carteira de trabalho digital e o fim do relógio ponto para empresas com menos de 20 funcionários. “O trabalhador terá enorme dificuldade para provar que efetivamente trabalhou além do horário”, lamenta a diretora do Pactu em Campo Mourão, Nivalda Sguissardi. O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, comentou que o Projeto representa um retrocesso histórico. “Essa MP é o espelho que reflete um Congresso conservador, patronal e retrógrado em relação aos trabalhadores, às leis trabalhistas e aos direitos sociais”, criticou.

pressão por metas, o assédio, precarizaram as condições de trabalho e multiplicaram os casos de adoecimento.

Segundo a Contraf-CUT, está claro que os PDVs são demissões em massa disfarçadas. Nos bancos privados tudo se resume no lucro. E, nos bancos públicos são resultado de uma política de governo que, na verdade, quer enfraquecer essas instituições e prepará-las para a privatização. Nem a Contraf-CUT, nem os sindicatos interferem na adesão aos planos de demissão. Apenas orientam os trabalhadores. “O ideal é, antes de tomar a decisão, o trabalhador analisar o que é mais vantajoso e considerar, inclusive, a dificuldade de arrumar um novo emprego”, afirma Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama.



Previdência

Reforma é debatida no Senado com mudanças inexpressivas

Contrariando a vontade da maioria dos brasileiros, a Câmara dos Deputados aprovou a Reforma da Previdência que estrangula o sistema previdenciário brasileiro e penaliza principalmente os mais pobres. Agora, o projeto tramita no Senado. No dia 04/09 a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Constituição determina que, para ser aprovado, o projeto precisa de votos de 2/3 dos senadores, no caso, 54 votos. Um levantamento recente aponta que 37 senadores são favoráveis ao texto como está, 22 defendem mudanças, 13 são neutros e 9 contrários.

PEC PARALELA - O relator do projeto na CCJ, Tasso Jereissati (PSDB/CE), afirmou que apresentaria um relatório com pequenas mudanças na proposta original. No entanto, para evitar que o

texto retornasse à Câmara, Jereissati apresentou as alterações em uma proposta paralela. Ela inclui mudanças como redução do tempo mínimo de contribuição de 20 para 15 anos para todos os homens, estando no mercado de trabalho ou não, pensão por morte maior para quem tem filhos menores de idade, além da inclusão de estados e municípios nas novas regras. Todos os outros pontos seriam mantidos.

Na avaliação da CUT, mesmo que o Senado aprove a proposta paralela, incluindo-a no texto principal, no geral a reforma ainda será extremamente prejudicial à classe trabalhadora. A CUT e demais centrais sindicais estão acompanhando a discussão da matéria e prometem realizar novas manifestações nacionais contra a reforma.

Congresso discutiu consequências da reorganização do trabalho

Entre os dias 26 e 30 de agosto, aconteceu em São Paulo o 6º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde. O tema central deste ano foram os ataques e tentativas de destruição de direitos sociais que ocorrem nos últimos anos de forma intensa e indiscriminada em vários países da América Latina, e de forma particular e incessante no Brasil. "Foi um grande espaço de reflexão, formação e de revigoramento da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora", disse José Renê Stavinski, diretor do Pactu em Guarapuava, que esteve presente no evento. O Congresso acontece desde 2012 como uma resposta às dificuldades de mobilização e intercâmbio dos vários grupos envolvidos no mundo do trabalho, no Brasil e nos demais países da América Latina. "A proposta, este ano, foi compreender as transformações nas relações de trabalho, em virtude de mudanças tecnológicas que alteram a organização e a gestão do trabalho", esclareceu Stavinski.

Aumenta a mobilização em defesa da soberania e contra as privatizações

O Seminário "Soberania nacional e popular, contra as privatizações" realizado dia 04/09, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília debateu a situação e as diretrizes do governo com relação às empresas públicas e aprovou um calendário de mobilização unificada em defesa da soberania nacional, com atividades agendadas até o final de 2019. Idealizado por entidades, movimentos sociais e partidos, o comitê tem por meta realizar uma campanha com representação ampla da sociedade, para organizar as atividades e estimular a participação da sociedade na defesa da soberania nacional. "Vamos mostrar aos deputados e senadores o quanto seus estados e municípios perdem com a privatização das empresas públicas", disse a presidenta do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa.

ATIVIDADES EM SETEMBRO

20/9 – Greve Mundial em defesa do meio ambiente
24/9 – Vigília no Senado contra a aprovação da Reforma da Previdência
26/9 – Ato Nacional em Defesa dos Correios, em Brasília

TIRAGEM: 2.650 EXEMPLARES
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Joel Guedes/MTB 11703/PR

PARANAÍ - João Carlos Antunes - (44) 3423-3402 - paranavai@pactu.org.br
CAMPO MOURÃO - Ilda Periolo Salinas (44) 3016-3492 - seebcmcut@uol.com.br
TOLEDO - Zelário Bremm - (45) 3055-4851 - sintrafitoledo@gmail.com
UMUARAMA/ASSIS CHATEAUBRIAND - Edilson José Gabriel - (44) 3622-1979 - seebumuarama@uol.com.br
GUARAPUAVA - Rosimar José Passaglia (Chico) - (42) 3623-1371 - seebgpva@uol.com.br

BANCÁRIOS TERÃO REAJUSTE DE 4,31%

E os bancos têm até o dia 20 para pagar PLR

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) divulgou, no dia 06/09, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 meses, que foi de 3,28%. Desta forma, os bancários terão reajuste salarial de 4,31%, que representa o INPC do período, mais 1% de aumento real, garantido pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) assinada em 2018 e que tem validade de dois anos. O reajuste incide sobre os salários e demais verbas econômicas, como vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche/babá, PLR, pisos, gratificações e 13ª cesta.

Vale lembrar que o Acordo Coletivo foi fruto de uma Campanha Nacional Unificada e, portanto, também vale para os bancários do BB e Caixa. Num cenário econômico adverso, em que muitas categorias profissionais fecharam acordos com índice de reajuste abaixo da inflação, o aumento real para os bancários representa uma conquista importante. "O ponto mais positivo é que esse aumento real mantém e amplia o poder de compra dos salários dos bancários", avalia Wendrell Minare Vieira, diretor do Pactu em Paranaí.

PLR – O Acordo Coletivo determina também que os bancos têm até o dia 20 de setembro para pagar a primeira parcela da PLR aos bancários. O valor também virá corrigido pelo INPC e mais 1% de aumento real. O Banco do Brasil creditou os valores no dia 30/08. Na Caixa o pagamento da primeira parcela foi feito no dia 03 de setembro. O Santander, a despeito dos protestos dos sindicatos, anunciou que não cumprirá o Acordo e pagará a PLR somente no dia 30 de setembro.



RESISTIR E VENCER

TODOS
POR
tudo

PREVIDÊNCIA

Pressão agora é sobre o Senado

A Câmara dos Deputados não atendeu ao clamor de milhões de brasileiros e aprovou a reforma da previdência que dificulta a aposentadoria. Agora a pressão está sobre o Senado. A CUT acredita que ainda dá para virar o jogo.

PÁGINA 4

Demissão
em massa
disfarçada
em PDVs

Página 3

MP 881 muda, mas ainda é ruim

O ponto mais polêmico era a liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, que foi retirado do texto, mas o Senado manteve a criação da carteira de trabalho digital e o fim do relógio ponto para empresas com menos de 20 funcionários. PÁGINA 3

Pactu participou do Seminário Organização Sindical e Democracia



A Fetec-CUT/PR realizou, nos dias 21 e 22/08, em Curitiba, o Seminário Organização Sindical e Democracia. Dirigentes sindicais de todos os dez sindicatos filiados à Fetec estiveram presentes, incluindo 15 representantes dos sindicatos do Pactu.

No primeiro dia, o Seminário contou com palestra de Clemente Ganz Lucio, coordenador técnico nacional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Ele abordou a iminência de drásticas mudanças na legislação sindical brasileira. Segundo Clemente, os sindicatos e dirigentes sindicais devem se preparar para um modelo de organização dos trabalhadores completamente diferente do existente.

No segundo dia, o Seminário contou com a assessoria dos advogados Jefferson Martins de

Oliveira, da Contraf-CUT, e Ricardo Nunes de Mendonça, do Escritório Declatra, de Curitiba. Eles discutiram sobre a Medida Provisória 881 e seus impactos sobre a categoria bancária e os direitos sociais e trabalhistas de todos os trabalhadores.

Sandra Regina Homeniuk, coordenadora do Pactu e diretora do Sindicato dos Bancários de Guarapuava, avaliou que o Seminário abordou dois temas importantíssimos para os bancários. “O movimento sindical bancário é um dos mais fortes e organizados do país e esta organização e força estão sendo ameaçadas por uma proposta de legislação que fragmenta e fragiliza os sindicatos”, disse. Em relação a MP 881, Sandra considerou “uma agressão” à Constituição Federal e aos direitos dos trabalhadores: “precisa ser rechaçada e combatida”, alerta.

Contraf promove curso sobre OIT e Sindicalismo Internacional



O curso teve duração de dois dias e reuniu dirigentes sindicais de todo o país

A Contraf-CUT promoveu, nos dias 4 e 5 de setembro, o curso OIT e Sindicalismo Internacional. O curso foi realizado em São Paulo, em parceria com a Escola de Ciências do Trabalho do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O objetivo foi capacitar dirigentes sindicais bancários de todo o país para a compreensão e aplicação das normas internacionais do trabalho aprovadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outros organismos internacionais. Os sindicatos do Pactu foram representados por Edilson José Gabriel, diretor de Imprensa do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região. Segundo Edilson, “num mundo totalmente globalizado e financeirizado, é fundamental que o movimento sindical conheça os organismos internacionais que regulam o trabalho”. O Brasil já possui um grande banco internacional, o Santander, e poderá receber outros nos próximos anos. “Por outro lado, bancos brasileiros, como Itaú e Bradesco, tendem a ampliar sua presença no exterior e os sindicatos precisam estar preparados para esse cenário”, concluiu Edilson.



Bancários respondem o 3º Censo da Diversidade

Desvendar a realidade do setor bancário e possibilitar a criação de estratégias de inclusão e promoção da diversidade no ambiente de trabalho estão entre os principais objetivos do 3º Censo da Diversidade, já em andamento. As duas edições anteriores aconteceram em 2008 e 2014. O levantamento visa traçar o perfil da categoria bancária por gênero, orientação sexual, raça e PCDs (pessoas com deficiência) com o objetivo de analisar as políticas de inclusão dos bancos e promover a

igualdade de oportunidades no setor bancário. Ao mesmo tempo, também será realizada a Campanha de Valorização da Diversidade, que inclui a formação de agentes da diversidade nas agências e departamentos bancários. O questionário é dividido por seis partes. No site da Fenaban (diversidade.febraban.org.br/) os trabalhadores poderão encontrar mais informações sobre a pesquisa, quem são as pessoas elegíveis para participar e como preenchê-la.

Bancos utilizam PDVs para justificar demissão em massa

No primeiro semestre de 2019, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os bancos fecharam 2.057 postos de trabalho no país. De 2013 pra cá, houve uma redução de 62,7 mil postos na categoria, sendo que 43,4 mil postos foram fechados a partir de 2016. Dados da Pesquisa de Emprego Bancário, elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que, neste período, raras vezes o saldo de postos de trabalho foi positivo. Enquanto isto, os bancos investem cada vez mais em tecnologia e os lucros são cada vez maiores.

Um exemplo disso é o Itaú. Em agosto, no mesmo dia em que anunciou lucro de R\$ 13,9 bilhões no primeiro semestre do ano, o banco também colocou

em prática mais um PDV (Plano de Demissão Voluntária). O prazo de adesão encerrou no dia 31 e apesar de o banco não ter divulgado números, deixou vaziar que tinha 7 mil empregados elegíveis e que a adesão foi acima do esperado. Nos últimos 12 meses o banco já fechou 983 postos de trabalho.

O Bradesco, a Caixa e o Banco do Brasil também lançaram programas para reduzir o número de empregados. Esses três bancos juntos, foram responsáveis por 35.647 demissões do final de 2016 até agora. Todas elas por meio de PDVs.

A maioria desses postos de trabalho não foi preenchida e, em muitos casos, as agências físicas deram lugar a agências digitais. Para os empregados que ficaram, aumentaram a jornada de trabalho, a

MP 881 muda, mas ainda é ruim

O Senado revisou, no dia 03/09, a redação final do texto da MP 881 (alterado para PLV 17/2019 após a aprovação na Câmara dos Deputados). Foi retirada do texto a revogação da Lei 4.178/62, que proíbe a abertura dos bancos aos sábados. Com isto, a lei permanece em vigor e os bancos somente podem abrir suas agências de segunda a sexta-feira. Editada sob o argumento de desburocratizar e simplificar o processo para empresas e empreendedores, a MP, na verdade, mistura questões burocráticas com direitos trabalhistas e, por isto, foi apelidada de minirreforma trabalhista. O ponto mais polêmico era a liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, sem pagamento de encargos adicionais. A CUT defendia a retirada de todos os itens relativos a questões trabalhistas, mas o Senado manteve no Projeto a criação da carteira de trabalho digital e o fim do relógio ponto para empresas com menos de 20 funcionários. “O trabalhador terá enorme dificuldade para provar que efetivamente trabalhou além do horário”, lamenta a diretora do Pactu em Campo Mourão, Nivalda Sguissardi. O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, comentou que o Projeto representa um retrocesso histórico. “Essa MP é o espelho que reflete um Congresso conservador, patronal e retrógrado em relação aos trabalhadores, às leis trabalhistas e aos direitos sociais”, criticou.

pressão por metas, o assédio, precarizaram as condições de trabalho e multiplicaram os casos de adoecimento.

Segundo a Contraf-CUT, está claro que os PDVs são demissões em massa disfarçadas. Nos bancos privados tudo se resume no lucro. E, nos bancos públicos são resultado de uma política de governo que, na verdade, quer enfraquecer essas instituições e prepará-las para a privatização. Nem a Contraf-CUT, nem os sindicatos interferem na adesão aos planos de demissão. Apenas orientam os trabalhadores. “O ideal é, antes de tomar a decisão, o trabalhador analisar o que é mais vantajoso e considerar, inclusive, a dificuldade de arrumar um novo emprego”, afirma Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama.